

31 de maio de 2022

NOTÍCIAS

1. ESTADOS BUSCAM ACORDO PARA ICMS, MAS PACHECO PROMETE VOTAR PROJETO

Projeto prevê reduzir alíquota de diesel e manter congelado imposto sobre gasolina e gás de cozinha

Pressionados pelo risco de o Senado aprovar o projeto de lei que limita a 17% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte público, os Estados propuseram ontem um acordo que deverá reduzir fortemente a tributação sobre o diesel e manter congelado o imposto estadual sobre gasolina, gás de cozinha e etanol até o fim do ano.

A oferta foi feita durante reunião entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e integrantes do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz). Para o diesel, os Estados concordaram em aplicar a média móvel do imposto cobrada nos últimos cinco anos. A medida representará uma forte redução do imposto e corresponde à adoção da tese que vinha sendo defendida pelo governo federal.

Em vez de adotar a média móvel, os Estados haviam adotado outra regra: fixaram uma alíquota de R\$ 1,00 por litro de diesel e autorizaram as unidades da Federação a conceder descontos, de forma que na prática cada um seguiu cobrando aquilo que praticava em novembro do ano passado, quando a tributação foi congelada. Essa regra, no entanto, foi questionada pelo governo federal no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro André Mendonça concedeu liminar suspendendo esse acordo.

Já em relação à gasolina, ao gás de cozinha e ao etanol, os Estados concordaram em prorrogar até o fim deste ano o congelamento dos impostos. O pacote foi oferecido como forma de frear o andamento do projeto que limita o ICMS em 17%, aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada.

“Estamos dispostos a fazer mais sacrifícios para postergar o congelamento [do imposto estadual sobre gasolina, gás de cozinha e etanol]. Há uma vontade congelar até o fim do ano. O que pedimos em troca: que a gente olhe também as medidas imediatas, que olhe a conta de equalização de preços. Problema conjuntural tem que ter solução conjuntural”, afirmou o presidente do Comsefaz, Décio Padilha.

Segundo ele, o projeto do ICMS pode trazer uma perda de R\$ 83 bilhões aos Estados. Destes, cerca de R\$ 21 bilhões são receitas compartilhadas com municípios. Outros R\$ 21 bilhões precisam ser obrigatoriamente destinados à educação e cerca de R\$ 10 bilhões são gastos mínimos com saúde, listou.

Apesar dessa ofensiva dos Estados, o presidente do Senado, Pacheco garantiu que não vai “engavetar” a proposta elaborada pelos deputados. Pelo contrário. Segundo ele, a ideia é levar o texto diretamente para o plenário ainda no mês de junho. Na prática, isso significa que o projeto terá tramitação célere e não passará pelas comissões temáticas da Casa, o que daria mais tempo de negociação aos governadores. Pacheco

1

31 de maio de 2022

também anunciou que o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ficará responsável pela relatoria da matéria.

“Fiz um compromisso com [presidente da Câmara] Arthur Lira e projetos sobre ICMS serão apreciados pelo Senado. Os secretários farão um aprofundamento sobre impacto orçamentário. Meu compromisso com a Câmara é que projeto do ICMS vai ser votado, mas no tempo do Senado. Não há hipótese de engavetarmos esse projeto”, disse.

Por outro lado, Pacheco disse que vai reforçar os pedidos dos Estados para que a Câmara aprecie, enfim, o projeto de lei 1.472, de 2021, que altera a política de preços da Petrobras e cria uma conta de estabilização de tarifas. A proposta é criticada pela equipe econômica do governo.

Bezerra Coelho confirmou que “não ficará com a matéria [do ICMS] por muito tempo”. Ele admitiu que vai analisar especialmente a questão das compensações previstas no texto. Isso porque os deputados colocaram uma trava na proposta para evitar que Estados tenham perda de arrecadação global superior a 5%. Se a queda na arrecadação

for superior a isso, o governo federal terá que bancar a diferença e transferi-la aos Estados.

“Ficou sugerido um encontro dos governadores com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, até segunda-feira. A Câmara já identificou um caminho para isso [compensações]. No texto, a Câmara abre espaços para eventuais compensações. Ele [Pacheco] tem compromisso de votar a matéria e nós votaremos.”

De acordo com cálculos do BTG Pactual, Estados e municípios deixarão de arrecadar R\$ 90 bilhões ao longo de um ano caso o texto seja aprovado como está pelo Senado. Em relatório, o economista Fábio Serrano apontou que duas mudanças realizadas na Câmara aumentaram o impacto fiscal: a “fixação, até o fim deste ano, da base de cálculo do ICMS de diesel na média dos últimos 60 meses” do preço médio ponderado ao consumidor final; e a retirada da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd), da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e de encargos da base de cálculo do ICMS sobre energia elétrica.

Acesso em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/05/31/estados-buscam-acordo-para-icms-mas-pacheco-promete-votar-projeto.ghtml>